



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13674.000096/2002-03  
**Recurso nº** 177.910 Voluntário  
**Acórdão nº** 1803-00.519 – 3ª Turma Especial  
**Sessão de** 4 de agosto de 2010  
**Matéria** CSLL - AUTO DE INFRAÇÃO DCTF  
**Recorrente** CEREALISTA CAPITÓLIO LTDA.  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Exercício: 1998

DECADÊNCIA. LANÇAMENTO. REVISÃO.

A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

Selene Ferreira de Moraes - Presidente

Sérgio Rodrigues Mendes - Relator

30 SET 2010

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Selene Ferreira de Moraes, Benedicto Celso Benício Júnior, Walter Adolfo Maresch, Marcelo Fonseca Vicentini, Sérgio Rodrigues Mendes e Luciano Inocêncio dos Santos.

## Relatório

Por bem retratar os acontecimentos do presente processo, adoto o Relatório do acórdão recorrido (fls. 315 a 318):

*Trata-se de Auto de Infração emitido pela DRF - Delegacia da Receita Federal em Divinópolis/MG, no importe de R\$ 29.073,80 (fl. 47), representado por:*

[ ]

*2. A descrição dos fatos e o enquadramento legal da infração encontram-se discriminados às fls. 47 a 53. Sintetizando o apontado pelo fisco:*

### **FALTA DE RECOLHIMENTO OU PAGAMENTO DO PRINCIPAL - DECLARAÇÃO INEXATA**

[ ]

*3. O contribuinte foi cientificado do lançamento aos 13/03/2002, conforme Aviso de Recebimento (AR) à fl. 55. Irresignado, o autuado apresenta impugnação aos 08/04/2002, consubstanciada no documento anexado às fls. 01 a 04, onde, resumidamente, argumenta:*

- *A impugnante sempre recolheu rigorosamente em dia todas as obrigações tributárias que a legislação lhe impôs. Neste contexto, argumenta que efetuou recolhimentos indevidos/a maior para o PIS e FINSOCIAL, em função da majoração de alíquotas declaradas constitucionais pelo STF. Informa que buscou no Poder Judiciário a restituição do quantum recolhido a maior.*
- *O Poder Judiciário lhe concedeu o direito à compensação dos valores pleiteados. Assim sendo, "foi exatamente o que fez com relação ao crédito pretendido pela Autoridade fiscalizadora (...)"*
- *A lavratura do Auto de Infração "sem qualquer comunicação ao contribuinte culminou por cometer injustiça, ao mesmo tempo em que desatendeu o art. 142 do CTN". Com esta premissa alega que "por não observar o princípio da legalidade, norteador de todos os atos administrativos, nulo é o auto de infração [de] que ora se cuida".*
- *Em outra linha argumentativa, menciona que "os créditos tributários objetos do Auto de Infração [de] que ora se cuida é nulo, porque se estriba na falta de recolhimento inexistente, posto que referido tributo foi objeto de compensação devidamente autorizada pelo Judiciário, não havendo, conseqüentemente, base legal e fática para a imposição destas obrigações tributárias"*
- *Invoca as súmulas 346 e 473 do STF para propugnar pela declaração de nulidade do Auto de Infração tendo em vista as razões já expandidas.*

*Por fim, “pede que sejam acolhidas as ponderações acima, seja extinto o crédito tributário, tornando insubstancial o auto de infração, como também, desonerando inteiramente a impugnante da garantia ofertada para fins recursais” (ipsis litteris).*

*4. Tendo em vista os argumentos apresentados pelo contribuinte, a DRF promoveu Revisão de Ofício do lançamento, conforme demonstrativo abaixo (fl. 60)*

	Lançamento Original	Valor Imparcial	Saldo Remanescente
Principal	R\$ 10.797,67	R\$ 41.015,00	R\$ 10.756,66
Multa Vinculada	R\$ 8.098,25	R\$ 30.750,00	R\$ 8.067,50
<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 18.895,92</b>	<b>R\$ 71.765,00</b>	<b>R\$ 18.824,16</b>
Juros de Mora até 28/02/2002	R\$ 10.177,88		
<b>Total</b>	<b>R\$ 29.073,80</b>		

*5. Diante da Revisão de Ofício retomencionada, que resultou na manutenção de parte do lançamento, a DRF encaminhou o processo à DRJ para manifestação acerca da lide (fl. 62).*

*6. Tendo em vista as razões de defesa apresentadas pelo contribuinte, a DRJ converteu o julgamento em diligência, para que a DRF se manifestasse acerca do processo judicial mencionado pelo contribuinte e os seus efeitos na extinção do crédito tributário lançado (fls. 63 e 98/99).*

*7. Em resposta à diligência solicitada pela DRJ/Belo Horizonte-MG, a DRF/Divinópolis-MG emitiu o relatório anexado às fls. 104 a 112, de onde se extrai:*

“(..) a decisão judicial vigente causa os seguintes efeitos no indébito e nos procedimentos de compensação que foram efetuados pela contribuinte nas Declarações de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTF apresentadas:

- O indébito poderia ser utilizado para compensação com débitos vencidos ou vincendos de PIS, COFINS e CSLL.

(..)”

*Neste contexto, foi proposta a abertura de processo administrativo destinado a auditar as compensações vinculadas ao processo judicial que reconheceu o indébito e o seu direito à compensação com débitos tributários*

*8. Na sequência, foi aberto o processo administrativo de nº 10665.720276/2008-11, cuja cópia encontra-se anexada às fls. 117 a 210. A análise dos procedimentos adotados pelo contribuinte em função da decisão judicial já transitada em julgado deu origem ao DESPACHO SACAT emitido em 03/07/2008, anexado às fls. 201 a 204/verso.*

*8.1 Seguindo as determinações da sentença prolatada pelo Poder Judiciário, a DRF apurou o crédito do contribuinte e efetuou o*

Assinado digitalmente em 26/08/2010 por SERGIO RODRIGUES MENDES 08/09/2010 por SELENE FERREIRA DE MORAES

Autenticado digitalmente em 26/08/2010 por SERGIO RODRIGUES MENDES  
Emitido em 29/09/2010 pelo Ministério da Fazenda

"encontro de contas", considerando as compensações informadas pelo contribuinte nas DCTF's, nos moldes do art. 66 da Lei nº 8.383, de 1991, identificando as compensações homologadas e o saldo de débitos cuja compensação não foi validada em função da insuficiência do crédito.

8.2 Considerando o crédito tributário exigido neste processo, extrai-se do Despacho exarado pela DRF as seguintes informações acerca do "encontro de contas" retromencionado:

[...].

9. A seguir, o processo é encaminhado à DRJ/Belo Horizonte-MG, para solução da lide (fl 210-verso).

10. Em 01/10/2008, o processo foi novamente convertido em diligência para ciência do Despacho exarado pela SACAT/DRF/Divinópolis-MG e reabertura de novo prazo acerca do conteúdo do despacho exarado (fls. 211 a 214). A ciência ocorreu em 20/10/2008, conforme AR à fl. 216.

11. Na seqüência, o contribuinte apresenta nova impugnação, anexada às fls 217 a 226 deste processo, onde resumidamente argumenta:

- Quando da realização da diligência pela DRF "Que não foi apurado o crédito de FINSOCIAL", mediante a alegação de que "este indébito foi integralmente utilizado para compensar créditos tributários de PIS, COFINS e CSLI relativos a fatos geradores ocorridos no ano calendário de 1998".
- A impugnante detinha, em fevereiro/1996, um crédito de R\$ 184.336,85, suficiente para extinguir pela compensação todos os débitos lançados nos autos de infração 534, 41, 42, 38, 39, 40, 305, 306 (cadastrado neste processo), 535 e 536
- Contesta o Despacho exarado pela DRF em resposta à diligência solicitada pela DRJ, alegando, ainda, que a mesma "não cumpriu o contraditório, não tendo sido oportunizado à impugnante sobre o mesmo manifestar-se a tempo e modo".
- Argumenta que os cálculos apresentados pela DRF têm elevado grau de dificuldade de entendimento, propugnando pela apresentação de planilha de liquidação do processo do FINSOCIAL, bem como todos os documentos que a instruíram.

11.1 Por fim, propugna pela improcedência do lançamento e a extinção do crédito tributário pela "decisão judicial passada em julgado" (art. 156, X, do CTN).

A decisão da instância *a quo* foi assim ementada (fls. 314):

*Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLI*

*Ano-calendário: 1997*

#### *COMPENSAÇÃO NÃO COMPROVADA*

*Procede o lançamento quando não comprovada a extinção do débito tributário através de compensação informada na DCTF.*

Assinado digitalmente em 26/08/2010 por SERGIO RODRIGUES MENDES 08/09/2010 por SELENE FERREIRA DE MORAES

Autenticado digitalmente em 26/08/2010 por SERGIO RODRIGUES MENDES  
Emitido em 29/09/2010 pelo Ministério da Fazenda

*Lançamento Procedente.*

Cientificada da referida decisão em 17/02/2009 (A.R. de fls. 324), a tempo, em 13/03/2009, apresenta a interessada Recurso de fls. 325 a 343, nele reiterando os argumentos anteriormente expendidos e acrescentando mais os seguintes:

- a) que, como no caso do Recurso de que ora se cuida, é a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tendo como data do fato gerador o 2º Trimestre de 1997, deve ser reconhecido, onde couber, o instituto da prescrição e decadência (aplicação da Súmula nº 8, do Supremo Tribunal Federal - STF);
- b) que a decisão ora recorrida é nula, por ter preterido o direito de defesa da Recorrente no que concerne à não realização da diligência determinada, especificamente porque não foram observados os créditos do Finsocial que possuiu por força de sentença transitada em julgado; e
- c) que também é nula a decisão recorrida, por não ter enfrentado os fatos impugnados especificamente.

Em mesa para julgamento.

**Voto**

Conselheiro Sérgio Rodrigues Mendes, Relator

Atendidos os pressupostos formais e materiais, tomo conhecimento do recurso.

No presente caso, o Anexo I ao Auto de Infração de DCTF, relativo à CSLL do ano-calendário de 1997, é do seguinte teor (fls. 49):

**ANEXO I - DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS VINCULADOS NÃO CONFIRMADOS**

DECLARAÇÃO: SEGUNDO TRIMESTRE DE 1997			NÚMERO 0000150195800473193		VALORES EM REAIS						
PERÍODO CÓD. DE APUR. REC.	DATA DE VENC.	NOVÉRCIO DO DEBITO DEclarado	VALOR DO DEBITO APURADO DEclarado	CREDITO VINCULADO TOTALMENTE NÃO CONFIRMADO	DEBUCADO	NOVÉRCIO DO PROCESO	VALOR	NOVÉRCIO DO PROCESO	VALOR	VALOR NAC CONFIRMADO (*)	OCORRÊNCIA
2007-01-04 1997-03-04	2007-03-04	2007-03-04	10.756,66	10.756,66	10.756,66	10.756,66	10.756,66	10.756,66	10.756,66	10.756,66	10.756,66

Conforme se observa, o débito remanescente da revisão de ofício, de R\$ 10.756,66 de CSLL, tem o seu fundamento original na ocorrência assim descrita: “processo judicial não comprovado”.

Em uma de suas primeiras intervenções no processo, a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) de Belo Horizonte-MG, por sua Terceira Turma, assim se manifestou, em 01/09/2004 (fls. 63) (grifou-se):

*Trata-se de Auto de Infração originado na falta de recolhimento do principal/declaração inexata ao valor declarado a título de CSLL - código 2372, considerando a não localização do*

Assinado digitalmente em 26/08/2010 por SERGIO RODRIGUES MENDES 08/09/2010 por SELENE FERREIRA DE MORAES

Autenticado digitalmente em 26/08/2010 por SERGIO RODRIGUES MENDES  
Emittido em 29/09/2010 pelo Ministério da Fazenda

Notificada do lançamento em 13/03/2002 (fl 55), apresenta manipulação aos fls de abril desse mesmo ano, allegando, entre outros, a compensação autorizada através do Processo judicial corresponte, utilizada para "Compensação sem DRF".

Processo judicial informado pelo contribuinte na DCTF corresponte, utilizada para "Compensação sem DRF".

A vista das allegações e documentos apresentados pelo contribuinte na impugnação, nos termos do art. 10, combinado com o § 8º do art. 15 e § 2º do art. 22 da Portaria nº 258, de 24 de agosto de 2001, do Ministério da Fazenda, proposta o retorno de - Injorimar a situação atual do processo mencionado e ainda do processo 96.00.09115-3, especificamente quanto à

- Ocorrência do Transito em Julgado e quais os termos da Utilma Sementes/Alcobaço proferidos nos processos;

- Se determinada judicialmente a compensação, que é independente de autorização da administração, quais os débitos existentes por esta compensação;

- Se reconhecido o direito a compensação, mediante manifestação da administração, esta já ocorreu? Quais os débitos existentes por esta compensação?

Após, referir os autos a esta DRJ/BHE.

Encaminhe-se a DRF em Divinópolis/MG, para as providências ao seu cargo.

(fls. 99): Posteriormente, em 19/01/2005, aquela Turma deliberou no sentido de que

7. Considerando que a lide desse processo encontrava-se

- Apurar o direito creditório reconhecido pelo Poder Judiciário e os débitos efetivamente extintos pela compensação mediante a utilização desse crédito.

- Verificar se o débito objeto de lançamento neste processo (fl 51) encontra-se dentro os extintos pela compensação acima mencionada, integral ou parcialmente

- Após, referir os autos a esta DRJ/BHE, instruído com as respectivas conclusões.

Em 01/10/2008, a mesma Turma assim decidiu, no Voto constante da

Resolução nº 976 (fls. 214):

Assimilado digitalmente em 26/08/2010 por SERGIO RODRIGUES MENDES 08-09/2010 por SELENE FERREIRA DE MORAES Autenticado digitalmente em 26/08/2010 por SERGIO RODRIGUES MENDES 08-09/2010 por SELENE FERREIRA DE MORAES

Emulado em 29/09/2010 pelo Ministério da Fazenda

12. Não consta do processo a ciência do contribuinte quanto aos procedimentos adotados pela RFB na efetivação do "encontro de contas" determinado pelo Poder Judiciário. Considerando que o resultado deste encontro de contas tem influência direta no julgamento deste processo, em respeito ao princípio da ampla defesa, o contribuinte deverá ser cientificado destes procedimentos.

13 Assim sendo, VOTO pelo retorno deste processo à DRF de origem para que o contribuinte seja cientificado do DESPACHO SACAT anexado às fls. 201 a 210, emitido acerca do processo 10665.720276/2008-11, reabrindo-lhe novo prazo para manifestação acerca do lançamento em discussão neste processo, tendo em vista as conclusões deste Despacho.

Após, retornar os autos a esta DRJ/BHE

A ciência proposta se deu em 20/10/2008 (fls. 216).

Ora, conforme se observa, pretendeu a DRJ em Belo Horizonte-MG rever e alterar o lançamento inicial, modificando o fundamento que o suportava - de "processo judicial não comprovado" para "direito creditório insuficiente" (fls. 319 e 320) (destacou-se):

#### ANÁLISE DE MÉRITO

21 Após a Revisão de Ofício promovida pela DRF, o objeto do litígio passou a ser tão-somente a parte da CSLL com a informação de vinculação à compensação autorizada pelo Poder Judiciário, no valor de R\$ 10.756,66.

22. O Poder Judiciário reconheceu ao contribuinte o direito à compensação dos valores recolhidos a maior a título de PIS, com base nos Decretos nº 2.445 e nº 2.449, de 1988, atribuindo à SRF (atualmente RFB) a competência para o aferimento do "encontro de contas", nos moldes da legislação tributária vigente

23. Ao efetuar o "encontro de contas" mencionado, a DRF apurou que o crédito do contribuinte é insuficiente para validar todas as compensações por ele informadas nas DCTF's, compensação esta efetuada nos moldes do art. 66 da Lei nº 8.383, de 1991.

24. Verificando a planilha demonstrativa elaborada pelo fisco à fl. 203/verso, constata-se que a CSLL apurada no 2º trimestre de 1997, objeto de lançamento neste processo, não está entre os débitos compensados mediante a utilização do crédito reconhecido judicialmente. Na planilha seguinte, constante à fl. 204, constata-se que o débito em discussão neste processo se encontra entre os débitos não compensados em função da inexistência do crédito considerando que este já se esgotara na validação das compensações efetuadas anteriormente

isso quando já ultrapassado, em muito, o quinquênio decadencial (DCTF entregue em 05/06/1998 - fls. 47 - ciência da revisão do lançamento em 20/10/2008 - fls. 216).

Assinado digitalmente em 26/08/2010 por SERGIO RODRIGUES MENDES 08/09/2010 por SELENE FERREIRA DE MORAES

Autenticado digitalmente em 26/08/2010 por SERGIO RODRIGUES MENDES  
Emitido em 29/09/2010 pelo Ministério da Fazenda

Dispõem os arts. 149, *caput* e parágrafo único, e 173, inciso I, do Código Tributário Nacional – CTN (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) (sublinhou-se):

*Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:*

[...]

*Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.*

[...]

*Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:*

*I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;*

[...]

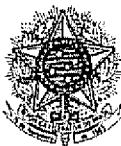
Tem-se do acima transcrito que a revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

#### Conclusão

Em face do exposto, e considerando tudo o mais que dos autos consta, voto no sentido de RECONHECER a decadência da revisão do lançamento procedida nestes autos e, por decorrência, DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

É como voto.

Sérgio Rodrigues Mendes



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO – QUARTA CÂMARA

Processo nº : 13674000096200203

Interessado : CEREALISTA CAPITÓLIO LTDA.

Acórdão nº : 1803-00519

**TERMO DE INTIMAÇÃO**

Intime-se um dos Procuradores da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho, da decisão consubstanciada no acórdão supra, nos termos do art. 81, § 3º, do anexo II, do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria Ministerial nº 256, de 22 de junho de 2009.

Brasília, 30 / 09 / 2010

*Maristela de Sousa Rodrigues*  
Maristela de Sousa Rodrigues

Secretária da Câmara

**Ciência**

Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Nome:  
Procurador(a) da Fazenda Nacional

**Encaminhamento da PFN:**

- apenas com ciência;  
 com Recurso Especial;  
 com Embargos de Declaração.